TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Número de Atendimento: 2505056400100065301

Reclamante/Consumidor(a): ANTONIO DE ASSIS GONÇALVES DE SOUSA JUNIOR, CNPJ/CPF: 607.807.933-66, Endereço: Rua José Lopes da Costa - Centro - Guaiúba - CE - 61890-000, Telefone: (85) 99296-6677, E-mail: juniortr34@gmail.com.

Reclamado/Fornecedor: ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ (COELCE), CPF/CNPJ: 07.047.251/0001-70, Endereço: Rua Padre Valdevino - nº 150 - Joaquim Távora - Fortaleza - CE - 60135-040.

Ao(s) 06 de agosto de 2025 às 09h, na sala de audiência do Procon Municipal de Maracanaú, situada na Rua 4 - N° 370 - Jereissatí I - Maracanaú - CE - 61900-350, perante o(a) conciliador(a) ALEXANDRE BEZERRA FERREIRA, compareceram o(a) Consumidor(a) Sr(a). ANTONIO DE ASSIS GONÇALVES DE SOUSA JUNIOR, inscrito no CPF sob n° 607.807.933-66 e o(s) Fornecedor(es) ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ (COELCE), inscrito no CNPJ sob n° 07.047.251/0001-70, representado pelo(a) preposto Sr(a). FRANCISCO DIEGO MORAIS DIAS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob n° 041.978.723-21.

Dada a palavra ao(a) preposto(a) do fornecedor reclamado ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ (COELCE), o(a) Sr(a). FRANCISCO DIEGO MORAIS DIAS DE OLIVEIRA, informa que mesmo considerando que todos os procedimentos seguiram o que prescreve a resolução normativa vigente, esta concessionária propõe para efeito de acordo a redução do TOI de R\$ 7.962,38 (Sete mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos) para R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais). Caso o consumidor aceite a proposta de redução, a concessionária propõe um parcelamento sem entrada e em até 20 parcelas.

Importante ressaltar que a proposta de parcelamento sem entrada é apenas para parcelar o valor do TOI. Caso o consumidor deseje parcelar o valor total do débito existente no imóvel, o parcelamento será com uma entrada de 20% e o restante poderá ser dividido em até 20 parcelas.

Dada a palavra ao(a) consumidor(a) reclamante, o(a) Sr(a). ANTONIO DE ASSIS GONÇALVES DE SOUSA JUNIOR, este relata que, tendo em vista o que foi proposto pela ENEL, gostaria de salientar que não reconheço a dívida em questão pelos seguintes motivos:

Primeiro, nunca houve ligação indevida em minha residência, a fotografia que consta nos autos do TOI não é uma imagem da minha residência.

Segundo, o não pagamento das faturas se deu por causa de o parcelamento referente a este TOI (o qual não foi negociado ou sequer comunicado a minha pessoa), estar atrelado ao valor do consumo nas faturas. Portanto eu não tive sequer o direito de não reconhecer o parcelamento e efetuar o pagamento apenas do meu consumo.

Isso gerou uma bola de neve enorme, agravando meu caso e me fazendo ser devedor de um montante exorbitante diante da ENEL.

Por essa razão a minha proposta é a de zerar a cobrança, retirar meu CPF dos cadastros nos órgãos de proteção ao crédito e regularizar a situação da minha inscrição junto a própria ENEL. Caso contrário vou preferir acessar as vias da justiça comum para reaver meus direitos.

A audiência LOGROU ÊXITO, pois tanto o(a) Consumidor(a) quanto o(s) Fornecedor(es) fizeram-se presentes a esta audiência de conciliação.

Neste ato, o(a) representante do Fornecedor apresentou os devidos esclarecimentos a respeito da demanda apresentada pelo(a) Consumidor(a), porém, não ofertou uma proposta de acordo para o(a) Consumidor(a), contudo, realizou ainda, a juntada dos seguintes documentos: carta de preposto, defesa administrativa, atos constitutivos, substabelecimento e procuração.

Todavia, é necessário expor que na documentação juntada pela empresa reclamada aos autos, a Ordem de Inspeção nº 581653 não tem a assinatura do consumidor ou de um acompanhante que tenha presenciado o processo fiscalizatório, NÃO cumprindo assim o que determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021, em seu artigo 591, inciso I, vejamos:

Art. 591. Ao emitir o TOI, a distribuidora deve:

I - entregar cópia legível ao consumidor ou àquele que acompanhar a inspeção, mediante recibo com assinatura do consumidor ou do acompanhante; e

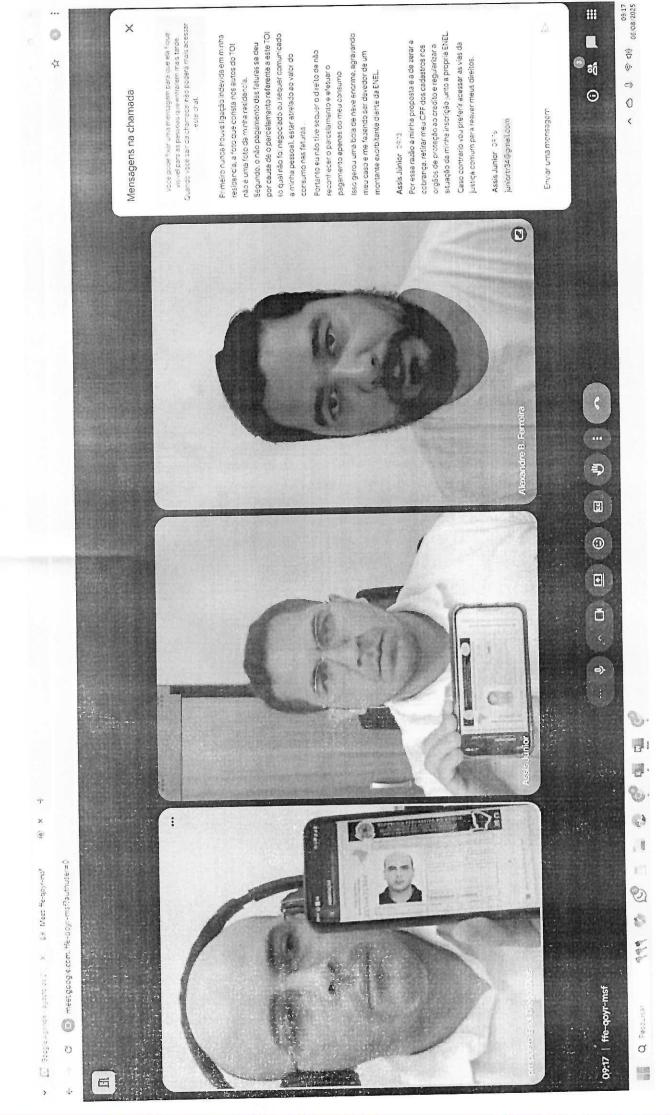
Marian J.

Dito isto, e RESTANDO INFRUTÍFERA a tentativa de acordo entre as partes presentes a esta audiência de conciliação, encaminho a presente reclamação ao Setor Jurídico para análise, determinação e demais atos que entender necessários.

Cumpre destacar que este órgão poderá apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90, prosseguindo o trâmite da presente reclamação, nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto 2.181/97.

Nada mais para constar no momento, vai assinado pelo(a) conciliador(a), pelo(a) consumidor(a) e pelo(s) fornecedor(es).

	Maracanaú, 06 de	agosto de 2025.
NAC-MICHINE	U San	
	ALEXANDRE BEZERRA FERREIRA (Conciliador(a))	
	PRESENÇA VIRTUAL	
	ANTONIO DE ASSIS GONÇALVES DE SOUSA JUNIOR (Consumidor(a))	
	PRESENÇA VIRTUAL	
	FRANCISCO DIEGO MORAIS DIAS DE OLIVEIRA (Preposto(a))	
	ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ (COELCE) (Fornecedor)	



X